



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 15 DE MARÇO DE 1995

Estimado amigo Clésio Soares de Andrade, Presidente da Confederação Nacional dos Transportes; Senhores companheiros da mesma Confederação, das diversas Federações, das Delegações aqui presentes.

É raro poder ouvir um discurso e dizer que estou totalmente de acordo. E esse “estar de acordo” é um “estar de acordo” inspirado nos mesmos princípios que motivaram o Doutor Clésio. É que nós estamos de acordo com o progresso do Brasil. Nós queremos o melhor para a nossa pátria e para o nosso povo. E é por isso que, com muita tranquilidade, recebo essa manifestação de solidariedade como uma manifestação de apoio ao País. Recebo com alegria. Tenho certeza de que o que foi dito é o sentimento efetivo de quem falou, e falou em nome de uma categoria que, efetivamente, é fundamental para a continuidade do nosso processo de desenvolvimento.

Alegrou-me muito ouvir a disposição de investir. Aliás, isso tem sido uma constante, depois que nós conseguimos, desde o Governo passado, retomar o caminho da estabilização econômica. Tem sido uma constante a confiança no Brasil e nos investimentos.

Ainda há pouco, apesar das perturbações do sistema financeiro internacional – já referidas também pelo Clésio –, fiquei muito confortado, porque, durante a mesma semana em que nós lutávamos aqui contra especuladores que não pensavam no País, mas em si e no bolso próprio, nessa mesma semana eu recebi investidores estrangeiros para me dizer que estavam investindo e que iam continuar investindo numa proporção muito impressionante.

Ora, se os estrangeiros estão colocando dinheiro aqui, com mais forte razão nós, brasileiros, vamos colocar, como estamos colocando, porque acreditamos no Brasil. Acreditamos no Brasil e temos, ao mesmo tempo, que atuar para que ele venha a ser aquilo que nós queremos que seja. Não é uma crença cega, é uma crença baseada na confiança em que as medidas serão tomadas, da parte do Governo e da parte da sociedade. Ninguém modifica um país do porte do nosso pela ação só do Estado, ou pela ação política do Governo. Ou a própria sociedade empunha as bandeiras das reformas, ou elas não têm como se viabilizar.

De modo que é muito importante, realmente, que nós sintamos essa urgência das reformas como um desafio que não é ao meu Governo, é ao País.

Vou mandar para o Congresso, dentro de breves dias, possivelmente até nesta semana, uma reforma delicada, que diz respeito à questão da Previdência. Essa reforma não terá nenhum efeito no meu Governo, pois as questões da Previdência são estruturais, são de médio prazo. Mas não posso governar o Brasil pensando em quatro anos. Tenho que pensar no Brasil para sempre. Em cada ato meu, tenho que pensar no que vai acontecer com os meus sucessores, porque, se eu não fizer isso, estarei simplesmente sendo oportunista e assumindo como responsabilidade apenas aquilo que vai beneficiar um período curto de tempo. É por isso mesmo – quando as pessoas têm uma visão de curto prazo – que os problemas se aprofundam. Nós temos que ter uma visão mais ampla. Vou enfrentar algumas dificuldades, como é normal, mas as enfrentarei com convicção, porque o Brasil precisa dessas reformas.

Algumas serão vistas como positivas logo de início, como aquelas que foram já enviadas, sobre a nova, digamos assim, ordem econômica,

em que claramente existe uma manifestação da sociedade favorável a um sistema mais competitivo, no qual o Governo não tem o monopólio que impeça o desenvolvimento das forças mais dinâmicas do País. Outras dizem respeito à máquina administrativa e, possivelmente, até mobilizarão as insatisfações de certos setores corporativos.

Mas nós vamos enfrentar, sejam as reformas que de imediato encontram aplauso, sejam as reformas que necessitem de um pouco mais de reflexão para serem apoiadas. E teremos que ter o que foi dito pelo Doutor Clésio: a humildade de explicar. Ninguém é dono da verdade, muito menos o Governo. Quando faz uma proposta, o Governo tem que dizer por que a fez e tem que dialogar. Dialogar não é recuar. Frequentemente, vejo nos jornais: “O Governo recuou.” Não, não recuou, não. O Governo às vezes entendeu uma reivindicação e cedeu a ela, com espírito público. Ninguém está aqui numa queda de braço Governo *versus* País. É o contrário. É o Governo servindo ao País. Quando percebe que o País quer um rumo diferente daquele que foi de boa-fé proposto, ele não tem nenhuma dúvida em corrigir o rumo, desde que seja de boa-fé. Esse é o nosso espírito.

Acho que nós, hoje, temos condições excepcionais no Brasil, excepcionais, para nos situarmos nesse umbral do novo milênio de forma mais positiva. E, efetivamente, a crise ocorrida no sistema internacional, que diz respeito a esses capitais especulativos que flutuam – não sei avaliar, alguns falam em 15 trilhões de dólares, o que corresponde a três vezes o Produto Interno Bruto dos Estados Unidos; esses capitais flutuam, podem pousar aqui ou ali e podem levantar vôo com mais velocidade do que quando pousam –, é um fator de preocupação. Por sorte para nós, do Brasil, a proporção desses capitais é pequena nas nossas reservas e no nosso esforço. Não há comparação com outros países, é pequena. Porque nós temos um capitalismo mais sólido, mais enraizado no que nos é próprio, nos nossos recursos, nos nossos investimentos e graças àqueles que crêem em nosso crescimento econômico e investem produtivamente aqui no Brasil.

Mas isso serve de alerta, também, primeiro, para que tomemos as medidas necessárias, em tempo oportuno. Creio que hoje o mundo

inteiro viu quando houve uma tentativa de obstaculizar o caminho do Real através da especulação, porque nós vencemos a especulação e eles estão pagando. Estão pagando pelo dinheiro fácil que ganharam e vão ter que devolver, com alguns acréscimos, ao Tesouro Nacional, aquilo que imaginavam tirar do nosso povo.

Mas todos viram também que nós tivemos cuidado, e cuidado elementar, pois não queríamos fazer nenhuma mudança que abalasse nada, queríamos apenas dar um sinal de que o Brasil não está atado, na defesa da sua produção, a nenhum compromisso abstrato. Nós não tínhamos por que não mover o câmbio, porque, se se fica com a idéia de que não se pode mover, isso pode criar dificuldades mais adiante, quando alguma conjuntura obrigar a mover.

Da mesma maneira movemos tarifas de importação, não porque quiséssemos fechar a economia à competição, mas porque, legitimamente, para o equilíbrio macroeconômico, vimos que era necessário tomar uma medida. O Governo não teme tomar medidas e tem a disposição de tomá-las com toda a tranqüilidade. Isso foi importante, para que ficasse bem claro que não estamos aqui simplesmente deitados sobre glórias passadas, mas sabendo que a estabilização é um processo duro, o combate à inflação é contínuo, tem que ser contínuo, tem que ser um monitoramento muito circunstanciado, para cada problema uma solução, no dia-a-dia, e é preciso competência para que isso seja feito com a precisão necessária e no tempo oportuno.

Mas estamos dispostos a fazê-lo. Temos hoje um potencial, mais do que um potencial, uma realidade de crescimento muito forte. Um país que volta a crescer à taxa de 5%, que praticamente voltou a essa taxa ainda antes da estabilização e sem que o Governo tivesse condições de dar o apoio necessário à produção, o próprio setor privado foi capaz de reconstruir suas bases de crescimento; um país que tem essa potencialidade não pode perder a oportunidade histórica que está ao seu alcance, para que ela seja realmente uma potencialidade auto-sustentada, para que tenhamos realmente um horizonte mais amplo de possibilidade de desenvolvimento e de transformação.

Não vamos perder essa chance, essa oportunidade, não só pelos interesses abstratos do crescimento econômico, mas também pelo interesse muito concreto da população brasileira, que sabe hoje o que significa para ela a inflação. Sabe que, quando um processo inflacionário desata, realmente quem perde é o povo, o povo mais pobre. Então, há muita gente falando no social, que tem que defender o pobre, mas fala uma coisa e faz outra, porque cria condições inflacionárias, quer dar falsos aumentos, quando não é possível, escondendo o fato de que não deu aumento nenhum, apenas tumultuou mais o processo. Mas o povo mais simples sabe que, quando há estabilização, ele ganha. Nós temos preocupação permanente em manter esse processo de estabilização da economia sob controle.

Nós também demos uma demonstração muito clara de que era possível fazer isso sem recessão, quando todos diziam que não: “Ou se faz com recessão, ou não é possível controlar a inflação.” Mas nós temos responsabilidade também, nós sabemos que, num dado momento, como agora, às vezes o consumo se aquece além do que é possível, do ponto de vista da capacidade produtiva. Quando isso ocorre é um começo de sinal de que mais adiante poderá haver perturbação. Nesses momentos o Governo não tem também nenhuma dúvida em tomar medidas que controlem o consumo, porque, se não controlar no momento A, no momento B ou C haverá não o consumo, mas a recessão, a desorganização. Então, é preciso que se tomem as medidas necessárias e que se expliquem as razões pelas quais as medidas são tomadas.

Citei hoje de manhã, quando tive uma reunião com dirigentes de empresas estatais, que li um artigo do *New York Times* bastante impressionante sobre a situação de um outro país, em que um chofer de táxi dizia ao repórter: “Pois é, aqui nos disseram que nós estávamos já nos Estados Unidos, no Primeiro Mundo. Começamos a consumir como se estivéssemos no Primeiro Mundo, mas a produzir no Terceiro.” Não dá para consumir em termos de Primeiro Mundo e produzir em termos de Terceiro, porque esse consumo só será feito às expensas do povo e através de importações que mais adiante causam desequilíbrio na balança comercial, mais adiante nas contas gerais do País e, mais adiante, nós

voltamos à estaca anterior, ou até abaixo da anterior; e aí, sim, vem uma recessão, aí sim, vem o desemprego, vem a baixa relativa de salários.

Então, em certos momentos, não teremos dúvidas em tomar medidas que possam parecer impopulares, porque nem todo mundo tem, naturalmente, a condição de poder ver mais adiante. Mas quem pode, quem tem por obrigação ver mais adiante, se antecipa ao que possa acontecer – e enfrenta. E enfrenta mesmo tomando medidas que possam parecer não serem as mais adequadas, as mais justas; mas é preciso explicá-las ao País. É preciso explicar: “Estamos tomando tais ou quais medidas, estamos contendo hoje o consumo, para garantir uma permanência mais ampla da prosperidade.”

É claro que, num país com a força do Brasil, é só deixar que cresça 10%. Mas se ele crescer 10% sem base de investimento real, se nós deixarmos que a demanda favoreça uma importação desmedida e hábitos de consumo que levem a ser muito difícil comprimi-los, mais adiante nós vamos ter ou inflação ou recessão, que é justamente, digamos, o dilema trágico do qual escapamos.

Perdoem-me estar fazendo uma longa explanação, quando devia estar apenas me rejubilando pela presença dos senhores aqui, pelo apoio tão sincero e tão argumentado como me foi trazido, mas é em homenagem mesmo a essa visita de pessoas e lideranças expressivas que eu, de alguma maneira, estou prestando também contas de como vejo as coisas, por que estamos fazendo o que estamos fazendo. E quero dizer que, se a minha confiança no Brasil é realmente muito forte, é inabalável, é porque nós todos já sabemos o que temos que fazer, todos nós queremos, *grosso modo*, a mesma coisa, a convergência, e não vai nos faltar nem a vontade de fazer, eu tenho certeza, nem o apoio para fazer bem feito.

Muito obrigado.